

SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO E PLANEAMENTO

Seminário de reflexão
DESENVOLVIMENTO LOCAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR

LISTA DOS DOCUMENTOS DISPONÍVEIS (+)

FICHA DE INSCRIÇÃO
a ser entregue ao Secretariado, uma vez preenchida
LISTA DOS PARTICIPANTES

- . Considerações em torno da problemática da participação popular no processo de desenvolvimento - MSAS
- . Capacidade de intervenção e linhas de acção da UNTC-CS
- . A JAAC CV, a participação popular e o desenvolvimento local
- . Documento da OMCV
- . Programa de implementação das Comissões de Moradores
- . Programa de implementação das Comissões de Moradores (Secretariado Administrativo de Santa Cruz)
- . Programa de implementação dos Tribunais de Zona
- . Plano de Acção Cultural - MEC (Direcção Geral da Cultura)
- . MEC (Direcção Geral de Educação)
- x. Programa de Alfabetização - MEC (Direcção de Educação Extra-Escolar)
- . Programa de Distribuição de Factores de Produção - FAP/EP
- x. Reforma Agrária
- x. Serviços de Extensão Rural - MDR
- . Direcção Geral de Urbanismo Habitação e Saneamento Básico - MHOP
- . Programa de Vulgarização junto dos Pescadores - SCAPA
- . Sobre as Milícias Populares
- . As linhas de Acção e o Programa do INC para 1982-85

DOCUMENTOS EM VISTA DE UMA ANÁLISE COMPARATIVA
DOS ANIMADORES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR : (+)

- INC : Técnico de Organização e Promoção Cooperativa
- MEC : Administradores culturais e Animador Cultural

(+) outros documentos serão divulgados durante o Seminário

SERVIÇOS DE EXTENSÃO RURAL-M.D.R.

SEMINÁRIO DE REFLEXÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR

O QUE É E O PORQUE DA EXTENSÃO RURAL EM CABO VERDE

A Extensão Rural pode definir-se como um sistema de educação informal e permanente, cujo objectivo principal visa o desenvolvimento integral do homem rural. Virada para os problemas sentidos pelos camponeses, ela deve apoiar-se numa utilização mais correcta dos recursos, normalmente escassos, por eles disponíveis. Sendo o homem rural sujeito da política de desenvolvimento, é para ele que o serviço existe o qual só pode considerar-se pleno de êxito se o objectivo fundamental for conseguido, isto é, o aparecimento de um homem novo que tenha uma percepção mais clara dos problemas que o rodeiam e seja um agente mais activo da vida socio-económica nacional. Porque o aumento de rendimento provocado por inovações introduzidas pelos extensionistas não vai apenas beneficiar o agricultor e a sua família (aumento de produção agrícola implica um maior poder de compra e provavelmente um melhoramento do nível de vida) mas também toda a economia do país (aumento de produção agrícola conduz a uma redução na importação de bens alimentares). Mas há outros processos desencadeados pela acção vulgarizadora que são mais difíceis de medir; por exemplo, a difusão de determinados conhecimentos, desde que estes sejam bem sucedidos, criam no agricultor uma sede para outros conhecimentos, que saciada poderá desencadear todo um processo de enriquecimento socio-cultural.

A agricultura caboverdiana oferece à extensão rural um vasto campo de acção, uma vez que esta é praticada, na generalidade, de uma forma tradicional utilizando técnicas e práticas cujos rendimentos são susceptíveis a significantes melhorias, embora estas estejam bem adaptadas ao ecossistema.

A agricultura praticada em Cabo Verde pode dividir-se em dois tipos de utilização da terra, completamente distintos:

A agricultura de sequeiro (que se faz nas encostas e achadas) utilizando apenas as águas das chuvas. Este tipo de agricultura, baseando-se em práticas tradicionais que não apresentam qualquer tipo de medidas antierosivas ou de conservação de solo e água de modo a manter o nível de fertilidade, praticado normalmente em encostas de pendente bastante acentuado, zonas que outrora eram cultiváveis e com razoável nível de rendimento, hoje deixaram de o ser em virtude de a terra arável ter sido arrastada, quer pela erosão eólica, quer pela erosão hídrica.

A aleatoriedade das chuvas, aliada à fraca fertilidade dos solos e ao baixo rendimento das culturas, delas consequente, fazem com que este tipo de agricultura seja, na sua essência, um empreendimento bastante arriscado e que restringe muito o campo de acção da vulgarização. Pois que nele acções que envolvam investimentos por parte dos agricultores, não seriam aceites na sua maioria, porque as possibilidades de êxito são ínfimas. O fracasso de colheitas devido à falta de chuvas é quase uma certeza para os agricultores de sequeiro.

O outro tipo de utilização da terra é o do regadio que no nosso país pode ser de carácter temporário ou permanente. Este, de maior expressão, pratica-se normalmente ao longo dos vales das ribeiras a partir das águas dos furos, poços, nascentes e galerias, e aquele a partir das águas superficiais provenientes das últimas chuvas.

Embora a irrigação sistemática seja uma prática relativamente recente, é aí que residem as maiores potencialidades para a agricultura caboverdiana e ao mesmo tempo as maiores potencialidades para a adopção e sucesso de um serviço de extensão rural. Isto porque este tipo de agricultura é muito mais consistente, é um empreendimento que pode ocupar o agricultor durante todo o ano e oferece melhores garantias de sucesso. Além disso, as culturas aí praticadas apresentam-se muito mais rentáveis o que predispõe o agricultor a investimentos maiores. Devido a todos estes factores e ainda ao facto de a técnica usada pela grande maioria dos agricultores de regadio ser susceptível uma evolução positiva, o serviço de extensão rural pode efectuar um trabalho mais intensivo na certeza de melhores resultados.

FACTORES QUE INFLUENCIAM O SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL

Existem certos factores que exercem uma marcada influência no tipo de vulgarização a ser implantado. Para além do tipo de agricultura praticado, existem o factor humano e diversas instituições com os quais tem de se contar, nomeadamente o Centro de Investigação Agronómica, Crédito Agrícola e Empresas de fornecimento de factores de produção, etc.

O serviço de extensão rural ao pretender introduzir certas alterações no ambiente socio-económico do agricultor caboverdiano, deve conhecer profundamente o agricultor e o espaço rural em que ele se insere, o que implica previamente um exaustivo reconhecimento dessa realidade rural. Com base no conhecimento dessa realidade todas as inovações deverão ser apresentadas ao agricultor de forma a poder utilizá-las correctamente e deverão consistir na introdução de variedades mais produtivas, sementes melhoradas, utilização de pequenas máquinas agrícolas, adubos, pesticidas, etc., acarretam um certo investimento pecuniário, investimento esse que a quase totalidade dos agricultores não poderia suportar. Por isso, é imperativo a criação de um serviço de Crédito Agrícola, porque só assim as acções vulgarizadoras serão cabalmente executadas.

Ligado a esta questão está o fornecimento de factores de produção necessários à agricultura. O serviço de Extensão Rural em estreita colaboração com a Empresa Pública de Fomento Agro-Pecuário, deveriam organizar um programa referente aos factores de produção e adquirir, de modo a que estes sejam postos à disposição dos agricultores em quantidade e qualidade no momento mais adequado.

Claro que todo o serviço de Extensão Rural deve trabalhar em sintonia com um Centro de Investigação Agronómica, de onde sairão determinadas inovações a ser introduzidas à agricultura e para onde serão levados problemas em busca de solução pertinente. O seu objectivo deverá ser entre outros, o da criação de técnicas que possam conduzir a um aumento de produção, a adaptação e aperfeiçoamento de técnicas existentes, de modo a optimizá-las às condições locais.

Só com um programa de investigação eficaz o serviço de vulgarização terá material a divulgar, uma vez que os temas vulgarizáveis tem de ser testados e só os que oferecerem uma certa garantia de êxito serão passadas aos agricultores. Neste sentido o serviço de vulgarização actuará como um elo de ligação entre a investigação e o agricultor. O serviço de vulgarização, como atrás se disse, levará ao Centro de Investigação todas as preocupações e todos os problemas encontrados pelos agricultores, com o intuito de aí serem encontradas as possíveis soluções.

A Extensão Rural para conseguir os seus objectivos terá necessariamente que trabalhar em estreita colaboração com a Reforma Agrária, a qual visa:

"A transformação das estruturas agrárias caboverdianas, diria, a transformação das formas como o homem caboverdiano organiza as suas relações com a terra (objecto) com o objectivo de tirar dela os meios de subsistência de que necessita e ainda as relações que neste processo se estabelecem entre os homens empenhados na exploração da terra, é uma exigência vital para o êxito do objectivo de construção duma economia nacional independente, entendida esta como a possibilidade de acesso de cada cidadão caboverdiano à generalidade dos bens e serviços indispensáveis a uma vida sã e digna, sem pôr em causa os valores básicos, morais e políticos, em que assentou a luta de libertação nacional dirigida pelo P.A.I.G.C. e que vem norteando a acção do nosso regime".(1)

Se nos lembrarmos que a modificação da estrutura agrária surge como uma solução importante e fundamental na maximização da produtividade agrícola, no aumento de postos de trabalho, na eliminação da pobreza, da fome e da miséria nos campos, restituindo à terra a função social que lhe cabe, facilmente compreenderemos o papel da Reforma Agrária no desenvolvimento material das populações rurais o qual constitui o objectivo último da Extensão Rural. Além disso, essa situação servindo de estímulo aos camponeses, estes mais facilmente poderão colaborar com os extensionistas de forma que os resultados dos trabalhos possam ser cada vez mais positivos.

COMO E ONDE FAZER A VULGARIZAÇÃO

O serviço de vulgarização pretende realizar brevemente um curso de formação de vulgarizadores que serão colocados em zonas consideradas prioritárias, uma vez ser impossível o enquadramento de todo o território nacional, nesta fase, devido à falta de recursos humanos, técnicos e materiais. Assim a grande maioria destes vulgarizadores seria colocado em Santiago nas zonas de maior potencial agrícola e alguns deles em S. Antão. Depois desta fase inicial (82/83) que servirá como teste, começará então a gradual expansão do serviço por todo o território nacional.

Como atrás se referiu, pensa-se começar em zonas prioritárias, as quais se localizarão fundamentalmente nos vales das ribeiras onde existe água, onde a agricultura é mais consistente e onde as probabilidades de sucesso serão maiores. Pensa-se implantar centros de animação rural em pontos estratégicos dos vales e é desses centros que toda a acção vulgarizadora será levada a cabo em projectos integrados que incluam a vulgarização.

Até agora tem-se falado nas relações entre o serviço de vulgarização e outros departamentos ligados ao M.D.R.. Contudo, a política de desenvolvimento rural é algo muito mais vasto e complexo, devendo englobar diferentes organismos estatais; estruturas partidárias e organizações de massas que directa ou indirectamente poderão estar relacionados com o meio rural. Portanto, é imprescindível uma concertação entre todos eles de maneira a evitar-se uma duplicação de tarefas e conflito de funções, de tal sorte que se possa promover uma acção cada vez mais eficaz.

Dado que seria fastidioso enumerar exaustivamente a colaboração entre a Extensão Rural e as diferentes instituições, apenas iremos apresentar alguns exemplos que para os objectivos deste trabalho se nos afiguram mais importantes. Assim, a Extensão Rural irá procurar estabelecer com o Instituto Nacional de Cooperativas um protocolo de relações no domínio das cooperativas agrícolas de produção, embora na prática, vulgarizadores estejam já a trabalhar com essas cooperativas (ex: PRODESA).

(1) Silva, J. Pereira - A Reforma das Estruturas Agrárias de Cabo Verde.

Pensa-se também na formação de equipas compostas por um vulgarizador e um animador social que tendo como base os centros de animação rural fariam sentir a sua acção nas suas zonas de trabalho. No campo nutricional, onde existem problemas complexos e urgentes a seleccionar, nomeadamente no que se refere à modificação dos hábitos alimentares, reputa-se grande importância aos trabalhos que poderão ser desenvolvidos em conjunto entre os serviços de Extensão Rural e os de Saúde, dada a sua complementaridade.

Considerando a elevada taxa de analfabetismo dos camponeses que atinge valores da ordem dos 80%. O serviço de Extensão Rural reconhece a vantagem que há em sensibilizar esses agricultores quanto aos diversos aspectos positivos que uma campanha de alfabetização de adultos acarretar, porquanto se nos afigura ser mais fácil a apreensão de conhecimentos com indivíduos alfabetizados.

Dado que no espaço rural caboverdeano existem mais de 35% de mulheres chefes de família e um grande número de jovens com menos de 18 anos, os serviços de Extensão Rural deverão trabalhar em sintonia com a Organização das Mulheres e com a JAAC-CV de modo que os resultados sejam mais frutuozos.

As estruturas de base do serviço estarão estreitamente ligadas às do partido para uma melhor divulgação entre as massas rurais das linhas que norteiam o desenvolvimento que se pretende. O Serviço deverá ainda procurar a cooperação dos organismos administrativos locais representadas pelos membros da comissão de moradores, estes constituídos por indivíduos dotados de grande prestígio e muito conhecedores do meio para a dinamização dos agricultores da zona.

Todas as acções referidas inscrevem-se nas linhas mestras do plano de desenvolvimento preconizado pelo nosso Governo e Partido, sendo necessária a criação de protocolos de articulação entre esses diversos organismos a fim de que elas possam ser concretizadas. Esperemos que deste Seminário de Reflexão sobre o Desenvolvimento Local e Participação Popular saiam conclusões concretas quanto às formas de participação dos diferentes organismos intervenientes.

-/JÚLIO FORTES/-
-Engenheiro Agrónomo-

-oooOooo-